

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.294 - CE (2019/0216896-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**SUSCITANTE** : **JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL DE FORTALEZA - CE**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**  
**INTERES.** : **ALEX HASHIMURA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**  
**ADVOGADO** : **ALEX SHINJI HASHIMURA - DF052833**  
**INTERES.** : **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA**

**DECISÃO**

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o Juízo de Direito da 17ª Vara Cível de Fortaleza - CE e o Juízo Federal da 3ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos de Mandado de Segurança ajuizado por Alex Hashimura - Sociedade Individual de Advocacia contra atos do Presidente da Comissão Especial de Licitação do Banco do Nordeste e do Presidente do Banco do Nordeste.

O Juízo Estadual, examinando o feito, houve por bem suscitar o presente Conflito, ao argumento de que:

O MM. Juízo Federal (fls. 388/390) declinou da competência sustentando que o ato impugnado no *mandamus* seria de gestão administrativa e não de delegação do poder público e, além disso, a entidade possuiria natureza jurídica de direito privado.

Entendo seja o caso de instauração de incidente de conflito de competência uma vez que a autoridade apontada como coatora exerce atividade federal delegada.

O STJ firmou o entendimento de que para a fixação da competência para o julgamento de mandado de segurança, mostra-se despidiendi a matéria tratada na impetração, a natureza do ato impugnado ou a pessoa do impetrante, porquanto o critério para fixação da competência é estabelecido em razão da função ou da categoria funcional da autoridade indicada como coatora (*ratione auctoritatis*).

No caso, apontado como coator o Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A. sociedade de economia mista, tenho que firmada está a competência da Justiça Federal para o deslinde da causa por se tratar de ato praticado por autoridade federal (fl. 401, e-STJ).

Por sua vez, a Justiça Federal, declarou-se incompetente, afirmando, "que o ato atacado configura-se simples ato de gestão, inserido nas próprias atribuições da sociedade, e não de delegação do poder público federal, o que, somente assim, atrairia a competência para a justiça federal." (fl. 392, e-STJ).

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do conflito, para declarar a competência do Juízo de Direito da 17ª Vara Cível de Fortaleza - CE, ora suscitante.

É o **relatório**.

**Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 24.10.2019.

A jurisprudência da Primeira Seção pacificou-se no sentido de que a competência da Justiça Federal é vista em razão da pessoa, na forma do art. 109, I, da CF, cabendo à Justiça Estadual processar e julgar Mandado de Segurança impetrado contra atos de gestão, máxime quando o ato foi externado no âmbito de sociedade de economia mista, que não integra o rol do art. 109, I, da CF.

A propósito:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA - AGRAVO INTERNO - PETROBRÁS - ATO DE GESTÃO - FIXAÇÃO DE FORO COMPETENTE PARA JULGAMENTO DE MANDADO DE SEGURANÇA - SEDE DA AUTORIDADE COATORA E SUA CATEGORIA FUNCIONAL - COMPETÊNCIA FUNCIONAL - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA.

1. Compete à justiça comum estadual julgar mandado de segurança contra ato da comissão de licitação de sociedade de economia mista, inserido em ato de gestão.

2. "Invocando os princípios da celeridade processual e economia processual, esta corte superior pode definir a competência e determinar a remessa dos autos ao juízo competente para a causa, mesmo que não faça parte do conflito." (CC 47.761/PR, 1ª Seção, Rel. Min. Luiz Fux, DF 19.12.2005). não se trata da hipótese, na espécie. 3. Existindo representação da empresa em que o objeto da licitação há de ser cumprido, ali a competência poderá ser definida. 4. A competência funcional, por ser matéria de ordem pública, pode ser conhecida de Ofício, mesmo quando a matéria não é devolvida ao tribunal no recurso. Agravo ao qual se nega provimento.

(AgRg no CC 33399/AM, Rel. Min. Humberto Martins, Primeira Seção, julgado em 27.9.2006, DJ 12.3.2007, p. 187)

COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. ATO DE GERENTE DO BANCO DO BRASIL S/A. ATO DE GESTÃO PRÓPRIA. -

Não se tratando de mandado de segurança impetrado contra ato dirigente de pessoa jurídica de direito privado praticado no exercício de delegação do poder público federal, mas contra mero ato de gestão da própria sociedade de economia mista, a competência é da Justiça Estadual. Conflito de competência conhecido, declarado competente o suscitado.

(CC 26.401/RS, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/04/2002, DJ 19/08/2002).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Isto posto, **conheço do Conflito, para declarar competente o Juízo de Direito da 17ª Vara Cível de Fortaleza - CE, ora suscitante.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de outubro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator